



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

1.1. A presente contratação tem por necessidade a contratação de nova pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria em licitação, em especial aos processos licitatórios elaborados com base na Lei 14.133/2021, com fito a auxiliar à Administração nos processos licitatórios, fazendo a revisão de diplomas de planejamento, treinamento de pessoal, criação de fluxos, auxílio na emissão de pareceres relacionados a licitações e, ainda, e assessoria em temas de alta complexidade para a Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste - MG.

1.2. A contratação do objeto proposto apresenta-se como solução adequada ao problema anteriormente identificado, uma vez que o contrato anteriormente vigente, relativo a este mesmo objeto, foi encerrado no início do presente exercício. Considerando a necessidade de manutenção da segurança jurídica dos atos administrativos, mostra-se imprescindível a continuidade do suporte técnico especializado, a fim de mitigar falhas nos procedimentos de contratação, sejam eles realizados por meio de processos licitatórios ou contratações diretas, bem como resguardar a Administração Pública de eventuais responsabilizações e sanções legais, assegurando a observância aos princípios e às normas estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021.

1.3. O setor requisitante do objeto que se apresenta necessidade é a Secretaria de Gabinete, neste ato representada por seu presidente, Sr. Dorinato Arthur Soares.

2 – DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 – Destaca-se que a contratação em comento possui previsão junto ao plano anual de contratações e perante a Unidade 01 – Gabinete e Secretaria da Câmara, Ramo: 10 – Assessoria e Consultoria Jurídica.

2.2. – A indicação no item anterior demonstra o alinhamento da presente contratação com o planejamento da Administração.

3 – DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

3.1 A empresa contratada deverá executar os serviços objeto da presente contratação pelo prazo de 12 (doze) meses, compreendendo, nesse período, a realização de 01 (uma) visita técnica semanal, a qual, quando justificada a necessidade, poderá ser substituída por reunião por videoconferência, sem prejuízo da continuidade e da qualidade da prestação dos serviços.

3.2 A execução do objeto contratado dar-se-á por meio de visitas técnicas presenciais, reuniões por videoconferência, aplicativos de mensagens instantâneas, ligações telefônicas, correspondências eletrônicas (e-mails), emissão de pareceres técnicos, bem como por outros meios idôneos que possibilitem a adequada comunicação e a verificação da efetiva execução dos serviços contratados.

3.3 Para a execução dos serviços, a empresa contratada deverá disponibilizar profissional devidamente qualificado e capacitado, o qual será responsável por receber, analisar e atender às demandas da Administração, prestando todos os esclarecimentos técnicos necessários ao atingimento dos objetivos da contratação.



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

3.4 Eventuais análises técnicas a serem realizadas no âmbito da execução contratual dar-se-ão por meio de amostragens, conforme critérios definidos, solicitados ou indicados pela Administração, observados os limites e escopo do objeto contratado.

3.5 A empresa contratada deverá coletar informações, prestar esclarecimentos de fatos, realizar entrevistas, proceder a apurações in loco, quando necessário, podendo retirar documentos para análise, desde que mediante ciência da Administração, devendo os relatórios técnicos e conclusivos ser formalmente apresentados ao gestor do contrato, para acompanhamento e controle da execução.

3.6 A empresa contratada deverá responder às demandas formuladas pela Administração no prazo máximo de até 36 (trinta e seis) horas, contadas a partir do recebimento da solicitação, por qualquer dos meios de comunicação previamente estabelecidos, ressalvadas as demandas de alta complexidade, as quais poderão ter prazo diferenciado, desde que devidamente justificado e previamente acordado com a Administração.

3.7 A prestação dos serviços deverá ocorrer em consonância com as especificações abaixo, considerando que a Lei nº 14.133/2021 já se encontra implementada no âmbito da Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste - MG, cabendo à contratada o acompanhamento, a consolidação dos procedimentos e o aprimoramento contínuo dos processos licitatórios:

3.7.1. Acompanhamento e conformidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021

I. Realizar, por amostragem, o acompanhamento e a verificação dos procedimentos licitatórios conduzidos pelo Município, com o objetivo de avaliar a aderência às normas da Lei nº 14.133/2021 e aferir a regularidade, segurança jurídica e maturidade dos processos adotados;

II. Analisar o Plano Anual de Contratações e demais instrumentos de planejamento existentes;

III. Proceder à análise do regulamento municipal vigente, indicando eventuais necessidades de atualização, ajustes pontuais ou aperfeiçoamentos, sem prejuízo da legislação já implementada;

IV. Avaliar os instrumentos padronizados utilizados, tais como modelos de editais, termos de referência, contratos e demais documentos, com vistas à uniformização, atualização e aprimoramento, bem como sugerir novos modelos, quando identificada a necessidade;

V. Analisar o fluxo dos procedimentos licitatórios e de contratação, propondo melhorias operacionais e ajustes procedimentais, inclusive para adequação às diretrizes da atual gestão, observada a legislação vigente;

VI. Prestar assessoria técnica continuada aos servidores envolvidos quanto ao correto preenchimento e utilização dos documentos exigidos pela Lei nº 14.133/2021, destacando-se, dentre outros: Documento de Formalização da Demanda (DFD), Estudo Técnico Preliminar (ETP), Análise de Riscos, Termo de Referência e Projeto Básico, sem caráter de substituição das atribuições dos agentes públicos.

3.7.2. Acompanhamento dos impactos das licitações e prevenção de irregularidades

Com vistas a prevenir contratações irregulares e mitigar riscos à Administração, a empresa contratada deverá:

I. Acompanhar e analisar, por amostragem, os processos licitatórios e contratações em andamento;

II. Elaborar relatórios técnicos contendo eventuais inconsistências, fragilidades ou riscos identificados;



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

III. Apresentar recomendações técnicas fundamentadas, visando ao saneamento dos achados e ao aperfeiçoamento dos procedimentos;

IV. Promover treinamentos, orientações e capacitações periódicas aos servidores envolvidos no fluxo do procedimento licitatório, tais como agente de contratação, pregoeiro, gestores e fiscais de contratos, com foco na padronização e segurança jurídica.

3.7.3. Apoio técnico especializado às áreas de controladoria e procuradoria

A empresa contratada deverá prestar apoio técnico especializado às áreas de controladoria e procuradoria, especialmente no que se refere:

I. À análise e ao tratamento de representações, impugnações, recursos e demais manifestações decorrentes de processos licitatórios;

II. Ao auxílio na elaboração e revisão de pareceres técnicos e jurídicos em temas de alta complexidade, relacionados à aplicação da Lei nº 14.133/2021;

III. À promoção da celeridade, segurança jurídica e padronização dos entendimentos, respeitadas as competências legais dos órgãos e agentes municipais.

3.8 A empresa contratada deverá comprovar experiência técnica na aplicação, consultoria e assessoramento relacionados à Lei nº 14.133/2021, de modo a atender, de forma eficiente e qualificada, às demandas do Município, prestando assessoria jurídica e consultoria especializada na área de licitações e contratos administrativos, inclusive mediante a emissão de relatórios técnicos e recomendações fundamentadas, com o objetivo de identificar, prevenir e mitigar riscos de irregularidades e eventuais lesões ao erário.

3.8.1. A eventual inexistência de demanda por parte da Administração em relação a alguma das áreas de atuação abrangidas pelo objeto contratado não caracterizará descumprimento contratual, nem implicará a não execução do objeto, mas tão somente refletirá a ausência de interesse administrativo momentâneo na prestação de serviços específicos sobre a matéria.

3.8.2. O desinteresse da Administração, nos termos do item anterior, não ensejará redução, desconto, glosa ou abatimento do valor mensal contratado, tampouco dará causa à aplicação de penalidades à contratada, desde que mantida a disponibilidade técnica, a prontidão no atendimento e a regular execução das demais obrigações contratuais.

4 – DA ESTIMATIVA DA QUANTIDADE

4.1 Estima-se que a presente contratação compreenda a prestação contínua dos serviços pelo período de 12 (doze) meses, admitida a prorrogação a critério da Administração, nos termos da legislação vigente, em razão do caráter permanente e continuado do objeto. A continuidade da contratação justifica-se, em especial, pela necessidade de acompanhamento dos processos licitatórios, aperfeiçoamento contínuo do planejamento das contratações, lapidação e atualização dos fluxos procedimentais, bem como pela capacitação e orientação permanente dos servidores, em consonância com as atualizações normativas, entendimentos jurisprudenciais e boas práticas aplicáveis à Lei nº 14.133/2021. Durante o período contratual, deverá ser realizada 01 (uma) visita técnica semanal, a qual, quando necessário e devidamente justificado, poderá ser substituída por reunião por videoconferência, sem prejuízo da execução do objeto.

4.2 A execução do objeto contratado dar-se-á por meio de visitas técnicas presenciais, reuniões por videoconferência, aplicativos de mensagens instantâneas, ligações telefônicas, comunicações eletrônicas (e-mails) e demais meios idôneos que possibilitem a comprovação,



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

acompanhamento e aferição da efetiva execução dos serviços, observadas as diretrizes e necessidades da Administração.

5 – DO LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1. Alternativas sob a perspectiva mercadológica

Para fins de atendimento à necessidade identificada, procedeu-se ao levantamento das soluções disponíveis no mercado, considerando diferentes formas de execução do objeto, sob os aspectos técnico, operacional e institucional, sendo analisadas as seguintes alternativas:

5.1.1. Execução direta pela Administração

A primeira alternativa considerada consistiu na execução direta dos serviços pela própria Administração Municipal, mediante a utilização exclusiva de sua estrutura interna, abrangendo o acompanhamento dos processos licitatórios, análise dos instrumentos de planejamento, assessoramento técnico aos agentes públicos, apoio à controladoria e à procuradoria, bem como o monitoramento da correta aplicação da Lei nº 14.133/2021.

Todavia, após análise técnica, verificou-se que essa alternativa não se mostra viável, pelos seguintes motivos:

- Inexistência, no quadro permanente da Casa Legislativa, de equipe técnica com especialização aprofundada e experiência continuada em assessoria e consultoria em licitações públicas sob a égide da Lei nº 14.133/2021;
- Acúmulo de atribuições dos servidores atualmente envolvidos com licitações, o que inviabiliza o acompanhamento técnico especializado e contínuo de todos os processos;
- Necessidade de atualização constante diante da evolução normativa, regulamentar e jurisprudencial, o que exige dedicação técnica específica;
- Risco elevado de inconsistências procedimentais, falhas formais e interpretações divergentes, com potencial de gerar nulidades, responsabilizações e lesões ao erário.

Dessa forma, a execução direta não atende, de maneira adequada, aos princípios da eficiência, segurança jurídica e economicidade, sendo, portanto, descartada.

5.1.2. Contratação por meio de procedimento licitatório comum

Analisou-se, ainda, a possibilidade de realização de procedimento licitatório para contratação de empresa para prestação dos serviços de assessoria e consultoria em licitações.

Entretanto, verificou-se que o objeto pretendido possui natureza predominantemente intelectual, técnica e especializada, exigindo notória especialização, experiência comprovada, domínio aprofundado da legislação, da jurisprudência dos Tribunais de Contas e da realidade prática da Administração Pública.

Nesse contexto, a competição baseada exclusivamente em critérios objetivos de preço mostra-se inadequada para selecionar a solução mais vantajosa, uma vez que a qualidade técnica, a expertise e a confiança institucional são elementos essenciais à execução do objeto, mas de difícil mensuração em certames competitivos tradicionais.

Assim, embora juridicamente possível em tese, a licitação comum não se revela o procedimento mais adequado à natureza do serviço pretendido.



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

5.1.3. Execução por empresa especializada em assessoria e consultoria em licitações (solução integrada)

O levantamento de mercado demonstrou a existência de empresas especializadas na prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria e consultoria em licitações e contratos administrativos, com atuação específica na aplicação da Lei nº 14.133/2021, capazes de fornecer suporte técnico continuado, emissão de pareceres especializados, acompanhamento procedimental, capacitação de servidores e apoio às áreas de controle e assessoramento jurídico.

Verificou-se que tais serviços demandam:

- Conhecimento técnico especializado e multidisciplinar;
- Experiência comprovada junto à Administração Pública;
- Atuação personalizada e alinhada à realidade institucional do Município;
- Atualização permanente quanto às interpretações dos Tribunais de Contas e à jurisprudência administrativa.

Nesse cenário, constatou-se que apenas empresas com notória especialização reúnem condições técnicas para executar o objeto de forma adequada, segura e eficiente.

5.1.4. Conclusão do levantamento mercadológico

Após a análise das alternativas disponíveis, conclui-se que a execução direta pela Administração é inviável, diante da ausência de estrutura técnica especializada e da complexidade do objeto;

A contratação por procedimento licitatório comum não se mostra adequada à natureza intelectual e singular dos serviços, devendo ser considerada a confiança técnica da contratação, a qual se contrata uma assessoria para um dos temas mais sensíveis e arriscados da Administração;

A contratação de empresa especializada, com notória especialização, apresenta-se como a única alternativa capaz de atender plenamente ao interesse público, garantindo segurança jurídica, eficiência administrativa e mitigação de riscos, tanto que foi a alternativa já selecionada em outras oportunidades por esta Administração.

5.2. Análise sob a perspectiva procedimental

Do ponto de vista procedimental, avaliou-se a forma mais adequada de contratação, à luz da Lei nº 14.133/2021.

5.2.1. Inexigibilidade de licitação

Considerando a natureza técnica, intelectual e especializada do objeto, bem como a necessidade de atuação personalizada e de confiança institucional, conclui-se que a contratação pretendida se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, a serem prestados por profissional ou empresa de notória especialização.



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

Ressalta-se que a inviabilidade de competição decorre não da inexistência de outros prestadores no mercado, mas da impossibilidade de se estabelecer critérios objetivos capazes de comparar, de forma isonômica e segura, serviços cuja qualidade depende essencialmente da experiência, do conhecimento técnico e da metodologia adotada.

Assim, a inexigibilidade de licitação prevalece sobre os demais procedimentos, por representar a solução juridicamente mais adequada, eficiente e compatível com o interesse público.

5.2.2. Conclusão quanto à alternativa procedimental

Diante de todo o exposto, conclui-se que a contratação por inexigibilidade de licitação é a alternativa que melhor atende às necessidades da Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste/MG, por assegurar a continuidade do suporte técnico especializado, a segurança jurídica dos processos licitatórios, a adequação à natureza intelectual e singular do objeto, a eficiência administrativa e mitigação de riscos.

Trata-se, portanto, da solução mais vantajosa sob os aspectos técnico, jurídico e institucional, plenamente alinhada aos princípios da Lei nº 14.133/2021.

6 – ESTIMATIVA DE VALOR

6.1 Estima-se que a presente contratação importe no valor mensal de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), perfazendo o montante global de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) para o período de 12 (doze) meses.

6.1.1. No caso em análise, embora se trate de contratação direta por inexigibilidade, foi possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a partir de pesquisa de mercado devidamente fundamentada, incluindo levantamento junto a empresas do setor, consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e utilização de sistema oficial de pesquisa de preços adotado por esta Administração. Dessa forma, restou afastada a aplicação subsidiária do § 4º do referido artigo, uma vez que a estimativa de preços foi realizada com base em fontes idôneas, contemporâneas e compatíveis com o objeto, assegurando a razoabilidade, compatibilidade com o mercado e vantajosidade da contratação.

6.1.2. Portanto, o valor estimado foi definido com base em pesquisa de preços realizada por meio da metodologia da cesta de preços, conforme orientações do Tribunal de Contas, cujos parâmetros, fontes e critérios de formação do preço serão devidamente demonstrados em tópico próprio deste Estudo Técnico Preliminar, evidenciando a compatibilidade do valor com os preços praticados no mercado e a observância aos princípios da economicidade e da vantajosidade da contratação.

6.2. Em atendimento ao disposto no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, a Administração realizou pesquisa de preços utilizando parâmetros distintos e complementares de maneira combinada, conforme segue:

6.2.1. Contrato similar vigente (art. 23, §1º I)

Foram utilizados como referência, para fins comparativos, os valores praticados no Contrato Administrativo nº 001/2024, oriundo do Processo Licitatório nº 002/2024 – Inexigibilidade nº 001/2024, celebrado para a prestação de serviços de assessoria e consultoria especializada em licitações. Constatou-se que o referido contrato, após a atualização monetária pelo índice



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

aplicável (IPCA), apresentou índice de correção de 1,04410520, correspondente a um reajuste de 4,410520%, resultando no valor mensal corrigido de R\$ 10.441,05 (dez mil quatrocentos e quarenta e um reais e cinco centavos).

Dessa forma, ao se comparar o valor atualizado do contrato anterior com o valor mensal estimado para a presente contratação, fixado em R\$ 10.000,00 (dez mil reais), verifica-se que a solução ora proposta mostra-se mais vantajosa sob o aspecto econômico, representando redução de custos para a Administração, sem prejuízo da qualidade técnica dos serviços a serem prestados.

Ressalta-se, ainda, que o valor estimado foi apurado com base em pesquisa de preços realizada por meio da metodologia da cesta de preços, conforme orientações do Tribunal de Contas, cujos critérios, fontes e parâmetros de formação do preço serão oportunamente demonstrados neste Estudo Técnico Preliminar, reforçando a compatibilidade do valor com os preços praticados no mercado e a observância aos princípios da economicidade e da vantajosidade da contratação.

6.2.2. Mesmo assim, realizamos outras pesquisas de mercado com empresas do setor e pesquisa junto ao PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, visando obter contratos similares à pretensão desta Administração para fins de comparação dos preços praticados para tais fins.

Essas referências permitiram mapear condições técnicas e valores praticados no segmento, possibilitando a comparação de valores, identificação de padrões de mercado, verificação da viabilidade do valor estimado e, ainda, validação com base em práticas adotadas por outros entes, validando apenas aquelas empresas que apresentassem os melhores requisitos técnicos e operacionais, considerando a robustez e segurança do sistema informatizado, a qualificação técnica, a estrutura de suporte e atendimento, o histórico de desempenho junto à Administração Pública e, ainda, a localização geográfica favorável.

Junto ao PNCP, observamos a existência de algumas contratos, utilizando o sistema de filtragem para o estado de Minas Gerais, oportunidade em que observamos os seguintes:

6.2.2.1. Contrato com Município de São Gonçalo do Rio Abaixo - MG, no valor mensal médio de R\$ 27.500,00 (vinte e sete mil e quinhentos reais):



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais



Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP



Entrar

> Contratos

Contrato nº 155/2025

Última atualização 12/08/2025



Local: São Gonçalo do Rio Abaixo/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE SAO GONCALO DO RIO ABAIXO **Unidade executora:** 0000 - PREFEITURA SÃO GONÇALO DO RIO ABAIXO

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 4114 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 12/08/2025 **Data de assinatura:** 02/06/2025 **Vigência:** de 03/06/2025 a 03/06/2026

Id contrato PNCP: 24380651000112-2-000148/2025 **Fonte:** Governançabrasil Tecnologia e Gestão em Serviços **Id contratação PNCP:** [24380651000112-1-000172/2025](#)

Objeto:

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnico jurídicos contínuos e mensais na área de consultoria em gestão jurídico administrativa sem dedicação de mão de obra exclusiva incluindo Assessoria técnica a Secretaria de Administração nas atividades relacionadas às licitações e contratos administrativos Capacitação treinamentos e reciclagem de colaboradores quanto aos procedimentos relacionados à Gestão e Fiscalização de Contratos do Executivo Municipal incluindo:

VALOR CONTRATADO
R\$ 330.000,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 04.894.199/0001-08 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: CUNHA PEREIRA E MASSARA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Arquivos Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo	Baixar
CT 155.2025 Assessoria Juridica	12/08/2025 - 14:23:13	Contrato	

<https://pncp.gov.br/app/contratos/24380651000112/2025/148>

6.2.2.2. Contrato com Conselho Regional dos Corretores de Imóveis de Minas Gerais, no valor mensal médio de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais):



Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP



Entrar

> Contratos

Contrato nº 023/2025

Última atualização 12/09/2025



Local: Belo Horizonte/MG **Órgão:** CONSELHO REGIONAL DOS CORRETORES DE IMOVEIS 4 REGIAO **Unidade executora:** 926094 - CONS.REG.DE CORRET. DE IMÓVEIS - 4ª REG.MG

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 100/2025 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 12/09/2025 **Data de assinatura:** 08/09/2025 **Vigência:** de 08/09/2025 a 08/09/2026

Id contrato PNCP: 17481268000195-2-000099/2025 **Fonte:** Compras.gov.br **Id contratação PNCP:** [17481268000195-1-000077/2025](#)

Objeto:

Consultoria e assessoria - jurídica Contratação, por inexigibilidade de licitação, do escritório de advocacia Diego Hortelão Sociedade Individual de Advocacia, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 38.473.731/0001-27, estabelecido na Rua Fernando Menezes de Goes, 545, sala 210, Pituba, Salvador/BA, para prestação dos serviços de assessoria e consultoria jurídica na área de licitação e contratos administrativos.

Informação complementar:

O contratante pagará à contratada o valor mensal de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), o que equivale à importância anual de R\$ 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais).

VALOR CONTRATADO
R\$ 216.000,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 38.473.731/0001-27 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: DIEGO HORTELÃO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

Arquivos Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo	Baixar
CONTRATOADMINISTRATIVO0232025.pdf	12/09/2025 - 14:45:49	Contrato	


<https://pncp.gov.br/app/contratos/17481268000195/2025/99>



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

6.2.2.3. Contrato com Município de Sabará-MG, no valor mensal médio de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais):

Portal Nacional de Contratações Públicas


Buscar no PNCP

Entrar

> Contratos

Contrato nº 0000000036/2025

Última atualização 30/05/2025



Local: Sabará/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE SABARA **Unidade executora:** 02080100 - SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRACAO

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** 000020832025 **Categoria do processo:** Compras

Data de divulgação no PNCP: 11/04/2025 **Data de assinatura:** 28/03/2025 **Vigência:** de 28/03/2025 a 28/03/2026


Id contrato PNCP: 18715441000135-2-000010/2025 **Fonte:** Moderna Sistema de Inovação Limitada **Id contratação PNCP:** [18715441000135-1-000017/2025](https://pncp.gov.br/app/contratos/18715441000135-1-000017/2025)

Objeto:
Contratação de empresa para serviços técnico de natureza predominantemente intelectual com profissionais de notória especialização, alusivo à consultoria e assessoria jurídica em licitações e contratos administrativos, especialmente para implementação e adequação do fluxo de compras e contratações à Nova Lei de Licitações nº14.133/2021.

VALOR CONTRATADO
R\$ 360.000,00

FORNECEDOR:
Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 07.152.492/0001-80 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)
Nome/Razão social: MOURA LIMA E SIQUEIRA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Arquivos Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo	Baixar
contrato 36 2025	30/05/2025 - 17:07:39	Contrato	

Exibir: 5 1-1 de 1 itens Página: 1

<https://pncp.gov.br/app/contratos/18715441000135/2025/10>

6.2.2.4. Contrato com Município de Conceição do Mato Dentro-MG, no valor mensal médio de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais):



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais



Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP



Entrar

Contratos

Contrato nº 20/2025

Última atualização 28/02/2025



Local: Conceição do Mato Dentro/MG **Órgão:** MUNICIPIO DE CONCEICAO DO MATO DENTRO

Unidade executora: 020400 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E RECURSOS HUMANOS

Tipo: Contrato (termo inicial) **Receita ou Despesa:** Despesa **Processo:** PL-23/2025 - 08 - 18 **Categoria do processo:** Serviços

Data de divulgação no PNCP: 28/02/2025 **Data de assinatura:** 07/02/2025 **Vigência:** de 07/02/2025 a 06/02/2026

Id contrato PNCP: 18303156000107-2-000030/2025 **Fonte:** J BRASIL SISTEMAS LTDA **Id contratação PNCP:** [18303156000107-1-000027/2025](https://pncp.gov.br/app/contratos/18303156000107-1-000027/2025)

Objeto:

CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO, A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA/JURÍDICA DE ALTA INDAGAÇÃO, NA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO, NOTADAMENTE EM DIREITO CONSTITUCIONAL, ADMINISTRATIVO, LICITAÇÃO E CONTRATOS PARA AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO MATO DENTRO/MG.

VALOR CONTRATADO

R\$ 302.400,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica **CNPJ/CPF:** 28.036.870/0001-30 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: RM CONSULTORES ASSOCIADOS LTDA

Termos

Arquivos

Histórico

Número	Tipo	Data Assinatura	Detalhar
1	Termo Aditivo	06/01/2026	

Exibir: 5 1:1 de 1 itens Página: 1

<https://pncp.gov.br/app/contratos/18303156000107/2025/30>

6.2.2.5. Contrato com Município de Ibirité-MG, no valor mensal médio de R\$ 25.200,00 (vinte e cinco e duzentos reais):



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP



Entrar

Contratos

Contrato nº 0001/2025

Última atualização 26/03/2025



Local: Ibirité/MG Órgão: MUNICIPIO DE IBIRITE Unidade executora: 1 - GERAL

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 2 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 19/02/2025 Data de assinatura: 27/01/2025 Vigência: de 27/01/2025 a 27/01/2026

Id contrato PNCP: 18715490000178-2-000004/2025 Fonte: EMBRAS - EMPRESA BRASILEIRA DE TECNOLOGIA LTDA Id contratação PNCP: [18715490000178-1-000001/2025](#)

Objeto:

Contratação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria administrativa/jurídica de alta indagação, na área de direito público, notadamente em direito constitucional, administrativo, licitação e contratos, auditoria interna, bem como suporte jurídico/administrativo para a Secretaria Municipal de Administração.

VALOR CONTRATADO
R\$ 432.000,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 28.036.870/0001-30 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: RM CONSULTORES & ADVOGADOS ASSOCIADOS

Arquivos Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo	Baixar
Contrato RM assinado	26/03/2025 - 16:07:41	Contrato	

Exibir: 5 1-1 de 1 itens

Página: 1

[Voltar](#)

<https://pncp.gov.br/app/contratos/18715490000178/2025/4>

6.2.2.6. Contrato com Município de Barão de Cocais-MG, no valor mensal médio de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais):



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

Portal Nacional de Contratações Públicas

Buscar no PNCP



Entrar

Contratos

Contrato nº 02-002/2025

Última atualização 18/02/2025



Local: Barão de Cocais/MG Órgão: MUNICIPIO DE BARAO DE COCAIS Unidade executora: 984107 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAO DE COCAIS

Tipo: Contrato (termo inicial) Receita ou Despesa: Despesa Processo: 009/2025 Categoria do processo: Serviços

Data de divulgação no PNCP: 18/02/2025 Data de assinatura: 18/02/2025 Vigência: de 18/02/2025 a 18/02/2027

Id contrato PNCP: 18317685000160-2-000005/2025 Fonte: Compras.gov.br Id contratação PNCP: 18317685000160-1-000008/2025

Objeto:

O objeto do presente instrumento é a inexigibilidade objetivando a contratação de empresa para prestação de serviços técnico-jurídicos mensais e regulares de consultoria em gestão jurídico-administrativa visando a revisão, reestruturação e implementação de melhores práticas, padronizações e uniformizações de procedimentos relacionados às Licitações e Contratos do executivo Municipal de Barão de Cocais, incluindo todas as Secretarias, bem como a assessoria técnico jurídica regular nos assuntos relacionados às execuções e gestão desses procedimentos e dos contratos administrativos deles decorrentes, nas condições estabelecidas no Estudo Técnico Preliminar - ETP.

Informação complementar:

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI) 6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Estudo Técnico Preliminar, anexo a este Contrato. 6.2. O pagamento será realizado em parcelas mensais, com vencimento em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal. 6.3. A medição dos serviços prestados será baseada em relatórios, os quais deverão ser elaborados e apresentados pelo gestor e/ou fiscal do contrato, atestando a execução dos trabalhos. 6.3.1. A prestação de serviço será comprovada mensalmente, através de relatórios de atividades desenvolvidas (RAD), sendo emitido pela Contratada com aprovação do fiscal do contrato. 6.4. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no ETP- Estudo Técnico Preliminar. 6.5. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que... [Continuar Lendo >](#)

VALOR CONTRATADO
R\$ 960.000,00

FORNECEDOR:

Tipo: Pessoa jurídica CNPJ/CPF: 04.894.199/0001-08 [Consultar sanções e penalidades do fornecedor](#)

Nome/Razão social: CUNHA PEREIRA & MASSARA ADVOGADOS ASSOCIADOS

Arquivos Histórico

Nome	Data/Hora de Inclusão	Tipo	Baixar
CONTRATO020022025CUNHAPEREIRAEMADVASSOCIADOS002assinado.pdf	18/02/2025 - 17:28:16	Contrato	

Exibir 5 1-1 de 1 itens

Página 1

[Voltar](#)

<https://pncp.gov.br/app/contratos/18317685000160/2025/5>

6.3. Assim, mesmo diante da variação de valores e modelos de contratação identificados nas pesquisas de mercado realizadas junto a empresas do setor e aos contratos similares consultados no PNCP – Portal Nacional de Contratações Públicas, optou-se pela empresa que apresentou a melhor relação entre custo e benefício, aliada aos requisitos técnicos e operacionais mais adequados à realidade do Município. A escolha considerou, especialmente, a qualificação técnica comprovada, a experiência específica na aplicação da Lei nº 14.133/2021, a estrutura de suporte e atendimento, a capacidade de resposta tempestiva às demandas da Administração, o histórico de desempenho junto a outros entes públicos, bem como a aderência do escopo dos serviços à necessidade municipal.

Ressalta-se que, conforme demonstrado pelas pesquisas realizadas no PNCP, os valores mensais praticados em contratos similares no Estado de Minas Gerais variam significativamente, situando-se, em média, no importe de R\$ 27.650 (vinte e sete mil seiscentos e cinquenta reais). Ou seja, em patamares superiores ao valor estimado para a presente contratação, o que reforça a vantajosidade econômica da solução ora proposta, sem prejuízo da qualidade técnica dos serviços.



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

Ademais, a empresa selecionada possui estrutura operacional no Estado de Minas Gerais, o que possibilita maior proximidade institucional, facilidade de comunicação, atendimento presencial quando necessário e maior agilidade na resolução de demandas, fatores que contribuem diretamente para a eficiência, segurança jurídica e continuidade da assessoria prestada, especialmente em temas de maior complexidade e sensibilidade administrativa.

6.4. Adicionalmente, foi realizada pesquisa junto ao banco de preços do sistema utilizado por esta Administração – LICITAR DIGITAL, a qual identificou contratos plenamente similares no Estado de Minas Gerais:

6.4.1. Contrato com Município de Cristina - MG, no valor mensal médio de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais):

Processo

Pesquisa / 001/2025

Inexigibilidade - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRISTINA

ID: 51960

Processo: 001/2025

Inexigibilidade: 001/2025

Método de disputa: Não se aplica

Critério de julgamento: Não se aplica

Benefício de regionalidade: Sem benefício

Presidente da Comissão de Licitação: FRANCIELLE RODRIGUES NOGUEIRA

Descrição do Objeto: Contratação de Prestação de Serviços de Assessoria e Consultoria Jurídica na defesa dos interesses do Município de Cristina/MG, em especial nas áreas de Direito Administrativo, atuação nos Tribunais de Justiça de 1ª e 2ª instâncias, orientações e emissão de pareceres jurídicos às Secretarias e Departamentos, inclusive na área de Licitações e Contratos, nos termos do art. 74 da Lei Federal nº 14.133/21, conforme solicitado pelo Gabinete e Secretaria Prefeitura

Segmentos:

Publicação no diário oficial: 15/01/2025 - 08:00

Publicação na plataforma: 15/01/2025 - 08:00

Início da disputa/fim do envio de proposta: 15/01/2025 - 09:00

Limite para a impugnação:

Solicitações

Documentos

Processo

Fiscal / Penitem Inicial

Disponível em <https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/51960>

6.4.2. Contrato com Município de Nova Porteira-MG, no valor mensal médio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

Processo

Pesquisa / 024/2025

Inexigibilidade - Prefeitura Municipal de Nova Porteira

ID: 77468

Processo: 024/2025

Inexigibilidade: 009/2025

Método de disputa: Não se aplica

Critério de julgamento: Não se aplica

Benefício de regionalidade: Sem benefício

Presidente da Comissão de Licitação: Eulene Mendes Pereira

Descrição do Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURIDICA PARA O FIM DE ACOMPANHAMENTO JUDICIAL ESPECIFICAMENTE EM 2ª INSTANCIA (TJMG/TRF 6ª REGIAO, E INSTANCIA SUPERIOR (STJ/STF/TST) INCLUSIVE NO AMBITO DO TCE-MG E TCU/CGU, MEDIANTE REALIZAÇÃO DE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS PERTINENTES E NECESSARIOS

Segmentos:

Publicação no diário oficial: 05/02/2025 - 12:00

Publicação na plataforma: 05/02/2025 - 12:00

Início da disputa/fim do envio de proposta: 05/02/2025 - 09:00

Limite para a impugnação:

Solicitações

Documentos

Processo

Contrato Anexo

Disponível em <https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/77468>



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

6.4.1. Contrato com Município de Sardoá-MG, no valor mensal médio de R\$ 10.000,00 (dez mil reais):

Processo

Pesquisa / 03/5/2025

Inexigibilidade - Prefeitura Municipal de Sardoá

ID: 64869

Processo: 03/5/2025

Inexigibilidade: 01/9/2025

Método de disputa: Não se aplica

Critério de julgamento: Não se aplica

Benefício de regionalidade: Sem benefício

Presidente da Comissão de Licitação: LUCIANO ANTÔNIO LEITE E SILVA

Publicação no diário oficial: 16/05/2025 - 08:00

Publicação na plataforma: 16/05/2025 - 08:00

Início da disputa/fim do envio de proposta:

Limite para a impugnação:

Descrição do Objeto: Contratação de serviços de assessoria e consultoria jurídica ao município de Sardoá, consistente na prestação de serviço jurídico contencioso, assessoria e consultoria jurídica em administração pública, voltada especificamente à atuação estratégica e técnica nos tribunais de segunda instância e tribunais superiores, compreendendo o acompanhamento, a intervenção qualificada e a sustentação do interesse público em sede recursal.

Segmentos:

Solicitações

Documentos

Processo

Disponível em <https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/64869>

6.4.1. Contrato com Município de Barão de Vespasiano-MG, no valor mensal médio de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais):

Processo

Pesquisa / 05/3/2025

Inexigibilidade - Prefeitura Municipal de Vespasiano

ID: 79262

Processo: 05/3/2025

Inexigibilidade: 01/7/2025

Método de disputa: Não se aplica

Critério de julgamento: Não se aplica

Benefício de regionalidade: Sem benefício

Presidente da Comissão de Licitação: Vanderson Martins Gomes

Publicação no diário oficial: 25/09/2025 - 09:00

Publicação na plataforma: 25/09/2025 - 09:00

Início da disputa/fim do envio de proposta: 29/09/2025 - 09:00

Limite para a impugnação:

Descrição do Objeto: Contratação de prestação de serviços técnicos especializados de assessoria e consultoria jurídica de natureza predominante no âmbito do direito público, destinados ao suporte técnico-jurídico, pelo período de 12 meses, em atendimento a Secretaria de Governo.

Segmentos:

Solicitações

Documentos

Processo

Disponível em <https://app2.licitardigital.com.br/pesquisa/79262>

Ressalta-se que, conforme demonstrado pelas pesquisas realizadas no Banco de Preços da Licitardigital, os valores mensais praticados em contratos similares no Estado de Minas Gerais variam significativamente, situando-se, em média, no importe de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais). Somando-se todos os valores obtidos para fins de media, obtivemos o valor médio de 17.363,68 (dezessete mil trezentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos). Ou seja, em patamares superiores ao valor estimado para a presente contratação, o que reforça a



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

vantajosidade econômica da solução ora proposta, sem prejuízo da qualidade técnica dos serviços.

Ainda assim, as referências disponíveis mostraram-se úteis como parâmetro comparativo, evidenciando a existência de valores praticados no mercado em patamares superiores ao valor estimado para a presente contratação, o que reforça a razoabilidade, compatibilidade e vantajosidade econômica do preço pretendido pela Administração.

7 – DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1. Os serviços objeto da presente contratação atendem de forma integral à necessidade identificada pela Administração, uma vez que visam assegurar a continuidade, a consolidação e o aprimoramento da aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito municipal. Registra-se que, em momento anterior, a Administração já contou com apoio técnico especializado para a condução dos processos licitatórios, experiência a partir da qual se constatou a relevância e a essencialidade da assessoria continuada para a mitigação de riscos, padronização de procedimentos e fortalecimento da segurança jurídica dos atos administrativos.

7.2. Considerando, ainda, o início de nova gestão administrativa decorrente do último pleito eleitoral, mostra-se imprescindível o acompanhamento técnico especializado dos processos licitatórios em curso e futuros, bem como a avaliação e o aperfeiçoamento contínuo do nível de capacitação dos servidores envolvidos, com vistas a uniformizar entendimentos, prevenir irregularidades e conferir maior segurança jurídica às decisões administrativas, assegurando suporte técnico adequado à atual gestão.

8 – DO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

8.1 presente contratação será realizada em item único, não se mostrando viável nem recomendável o parcelamento do objeto, em razão da natureza técnica, intelectual e integrada dos serviços a serem prestados. A execução do objeto demanda atuação coordenada, metodologia uniforme, unidade de entendimento e responsabilidade técnica centralizada, fatores que seriam comprometidos em caso de fracionamento da contratação.

8.2. Nesse sentido, a centralização da prestação dos serviços em uma única contratada revela-se mais eficiente, segura e vantajosa para a Administração, ao garantir padronização dos procedimentos, coerência técnica das orientações, continuidade do acompanhamento, mitigação de riscos operacionais e jurídicos, bem como maior controle e responsabilização, atendendo plenamente ao interesse público.

9 – DOS RESULTADOS

9.1 Com a presente contratação, pretende-se atender de forma integral à necessidade da Administração, mantendo e consolidando o ambiente de trabalho seguro, técnico e eficaz que a prestação de serviços em nível especializado já proporcionou em momento anterior, assegurando maior segurança jurídica nas contratações públicas e reduzindo a incidência de falhas formais, inconsistências procedimentais e riscos de responsabilização dos agentes públicos.

9.2 Espera-se, ainda, a manutenção e o aprimoramento da celeridade e da eficiência dos procedimentos de contratação, a partir da continuidade do suporte técnico especializado, da padronização dos fluxos e da orientação permanente, evitando retrocessos operacionais e



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

garantindo regularidade, previsibilidade e confiabilidade na condução dos processos licitatórios e das contratações diretas.

9.3 Almeja-se a capacitação e o aperfeiçoamento contínuo dos servidores envolvidos no fluxo das contratações, de modo a preservar o padrão técnico já alcançado, uniformizar entendimentos e assegurar a correta aplicação da Lei nº 14.133/2021, propiciando ambiente institucional estável, mitigação de irregularidades e fortalecimento do controle interno.

9.4 Como resultado adicional, pretende-se manter o nível de maturidade institucional já atingido pela Administração, fortalecendo a governança, a gestão de riscos e o planejamento das contratações, com reflexos positivos na economicidade, transparência e eficiência administrativa, assegurando a continuidade de um modelo de atuação seguro, eficaz e alinhado às boas práticas da Administração Pública.

10 – PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

10.1 De modo a resguardar a efetiva execução do objeto e, conseqüentemente, suprir a necessidade apresentada perante o presente procedimento de contratação, tem-se a nomeação do fiscal e gestor designado no instrumento de formalização da demanda.

10.2 Ainda, tem-se que os servidores nomeados aos cargos de gestão e fiscalização da presente contratação possuem nítido conhecimento na área, de modo que se tornam capazes de aferir a qualidade do produto a ser contratado.

10.3. Determina-se os seguintes servidores na condição de fiscais e gestores do contrato:

Gestor: Dorinato Arthur Soares

Fiscal: Rayane Bianca Tavares

11 – DAS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 Para a execução do objeto da presente contratação não se faz necessária a realização de contratações correlatas ou complementares, uma vez que os serviços de assessoria e consultoria especializada em licitações, com foco na aplicação, acompanhamento e aperfeiçoamento da Lei nº 14.133/2021, são suficientes, por si sós, para atender integralmente à necessidade identificada pela Administração, não havendo dependência de outros ajustes contratuais para a plena eficácia do objeto.

12 – DOS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

12.1. A execução do objeto não enseja impactos ambientais negativos, considerando que os serviços a serem prestados possuem natureza eminentemente intelectual e administrativa, não demandam a utilização de insumos poluentes, não geram resíduos sólidos relevantes, tampouco implicam emissões ou descartes capazes de causar degradação ambiental, razão pela qual não se faz necessária a adoção de medidas mitigadoras específicas.

13 – DA CONCLUSÃO

13.1 Diante de todo o exposto neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviços de assessoria e consultoria em licitações, com foco no acompanhamento, consolidação e aperfeiçoamento da aplicação da Lei nº 14.133/2021, mostra-se necessária, adequada e plenamente justificada, atendendo ao interesse público e às necessidades institucionais da Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste/MG.



Câmara Municipal de São Sebastião do Oeste

Poder Legislativo Municipal – Estado de Minas Gerais

13.2 Restou demonstrado que a Administração já conta com experiência pretérita na utilização de assessoria técnica especializada, a qual se revelou essencial para a manutenção de um ambiente de trabalho seguro, eficaz e juridicamente estável, especialmente no contexto de nova gestão administrativa, reforçando a necessidade de continuidade do suporte técnico para mitigação de riscos, padronização de procedimentos e fortalecimento da governança nas contratações públicas.

13.3 O levantamento de mercado realizado, incluindo pesquisas junto a empresas do setor, consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e ao banco de preços do sistema LICITANET, evidenciou que o valor estimado da contratação encontra-se compatível com os preços praticados no mercado, situando-se, inclusive, abaixo da média dos valores identificados em contratos similares, o que comprova a vantajosidade econômica da solução proposta. Ademais, verificou-se que o valor estimado é inferior ao montante atualizado do contrato anteriormente celebrado, reforçando a economicidade da contratação.

13.4 Demonstrou-se, ainda, que a natureza técnica, intelectual e integrada dos serviços inviabiliza o parcelamento do objeto, sendo a contratação em item único a alternativa mais eficiente e segura, assegurando unidade de entendimento, responsabilidade técnica centralizada e continuidade do acompanhamento especializado.

13.5 Quanto ao aspecto procedimental, restou evidenciado que a contratação se enquadra na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, em razão da inviabilidade de competição, da singularidade do objeto e da necessidade de notória especialização, configurando-se como a solução juridicamente mais adequada para atender às necessidades da Administração.

13.6 Por fim, verificou-se que a execução do objeto não acarreta impactos ambientais relevantes, tratando-se de serviços de natureza eminentemente administrativa, bem como que não se faz necessária a realização de contratações correlatas para a plena eficácia da contratação.

13.7 Assim, conclui-se pela viabilidade técnica, econômica, jurídica e administrativa da contratação, recomendando-se o prosseguimento do feito, com a adoção das providências cabíveis para a formalização da contratação pretendida, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

São Sebastião do Oeste – MG, 23 de janeiro 2026

Daiane Shinaider Costa Santos
Agente Legislativo

Luciene Aparecida Deodato
Agente Legislativo

Laeny Camargos Gomes
Agente Legislativo